

APROVADO

Projeto que suspende reajuste salarial dos servidores vai pra segunda discussão

Euclides Lucas Garcia

Sob fortes protestos de servidores, a Assembleia Legislativa do Paraná aprovou ontem, em primeira discussão, o projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2017 com a emenda do Executivo que suspende o reajuste salarial do funcionalismo previsto para janeiro. Foram 34 votos favoráveis e 18 contrários. A proposta voltará ao plenário para segunda discussão na noite de amanhã.

A emenda em questão foi enviada pelo governador Beto Richa (PSDB) à Assembleia para revogar a data-base prevista em lei sancionada no ano passado. A recomposição da inflação de 2016, além de um adicional de 1%, estava garantida na legislação, aprovada em 2015 para acabar com uma greve dos servidores públicos. Agora, entretanto, Richa diz não ter caixa para honrar com o compromisso e, ao mesmo tempo, pagar promoções e progressões de carreira - R\$ 2,1 bilhões e R\$ 1,4 bilhão, respectivamente.



Hugo Harada

A proposta voltará ao plenário para segunda discussão amanhã.

GUERRA JURÍDICA

No início da tarde de ontem, a bancada de oposição tinha obtido uma liminar para barrar a votação. O desembargador Jorge Vargas, do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR), concedeu a liminar afirmando que a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) não permite a retirada de reajustes garantidos por lei - isso seria o equivalente a reduzir salários, o que não é permitido no país. 'A alteração da data-base, postergando-a sem data definida, ainda mais tratando-se de verba salarial, em princípio ofende esses dispositivos [a irredutibilidade dos vencimentos e o direito adquirido]', escreveu o desembargador. Entretanto, no início da noite, o

presidente do TJ-PR, Paulo Roberto Vasconcelos, derrubou a liminar a pedido da Assembleia e da Procuradoria Geral do Estado alegando que não há motivo para que o Judiciário decida sobre o caso antes da aprovação da lei. Isso, segundo ele, constituiria 'controle preventivo de constitucionalidade', o que não é permitido, conforme o próprio STF. Ou seja: o tribunal estaria interferindo na autonomia do Legislativo de debater o projeto.

Isso não elimina, segundo o presidente do TJ, a necessidade de se discutir a legalidade da proposta caso ela seja convertida em lei. Mas isso deve ser feito depois de sua possível aprovação, para que não haja uma 'crise institucional' no estado.

Impasse de liminares

A sessão de aprovação da LDO foi reiniciada por volta das 19h45, com discursos inflamados da oposição, que alegava que a decisão liminar do desembargador Jorge Vargas seguia valendo, pois o presidente do TJ-PR teria analisado apenas o recurso da Assembleia que alegava não existir mais uma emenda suspendendo o reajuste, mas sim um texto substitutivo a toda a LDO, que já incorporava o adiamento do reajuste salarial aos servidores. Uma nova decisão de Vargas - tomada por volta das 18 horas - estendendo os efeitos da liminar também ao substitutivo-geral, portanto, continuava em vigor, pois não teria sido analisada pela Presidência do tribunal.

No entanto, o presidente da Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), disse que assumia o risco de colocar a proposta em votação por entender que a decisão do desembargador Paulo Roberto Vasconcelos se sobrepunha a de Vargas.

Diante do prosseguimento da sessão, os opositores já adiantaram que irão ao STF com uma ação direta de inconstitucionalidade (Adin) assim que o projeto virar lei.

TRIBUNINHAS

TRANSIÇÃO

A terceira reunião entre as comissões apontadas por Rafael Greca (PMN) e Gustavo Fruet (PDT) para alinharem a transição de comando na prefeitura de Curitiba foi realizada anteontem. O principal objetivo do grupo é garantir que a população não sofra com a interrupção de serviços públicos e que a cidade não perca prazos em processos de financiamento de obras. Luiz Fernando Jamur, engenheiro que preside a comissão formada por Greca, afirmou que foram discutidas as licitações em andamento, como por exemplo a do Lixo que Fruet já confirmou que não será concluída em sua gestão, a da Linha Verde Norte e a do Projeto de Modernização da Administração Tributária, financiado pelo BNDES. "Discutimos todas as licitações de projetos estratégicos, de questões vinculadas a cumprimento de marcos de financiamento. A nossa preocupação é de que haja a continuidade do serviço, que não sejam interrompidos os serviços prestados à sociedade", afirmou Jamur.

TRETA 1

O advogado José Roberto Batochio, um dos defensores do ex-presidente Lula no processo da Lava Jato a que ele responde na Justiça Federal, insinuou que o juiz Sergio Moro é nazista e chamou Curitiba e o Paraná de "região agrícola do país", sugerindo um provincianismo da cidade e do estado. As declarações foram dadas anteontem, num momento tenso do depoimento do ex-senador Delcídio do Amaral, durante audiência do processo em que Lula é réu por corrupção. Como advogado do ex-presidente, Batochio acompanha os depoimentos das testemunhas no processo. Ele criticava questionamentos de procuradores do Ministério Público Federal (MPF) a Delcídio referentes a fatos que não estão descritos nos autos do processo.

TRETA 2

Moro rebateu o advogado de Lula dizendo se tratar de perguntas que buscam entender o contexto da denúncia. Batochio também questionava o que considerava ser o direcionamento de perguntas de procuradores para induzir as respostas de Delcídio. Moro então se irritou com as constantes interrupções feitas pela defesa de Lula durante o depoimento. "A defesa pelo jeito vai ficar levantando questões de ordem a cada dois minutos nesta inquirição. É inapropriado, doutor. Estão tumultuando a audiência", disse Moro. A defesa de Lula vem argumentando que Moro tem cerceado o direito de defesa do ex-presidente.

FBI

Delator na Operação Lava Jato, o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto Costa fechou acordo de cooperação com o FBI e com o Departamento de Justiça dos EUA. O seu advogado confirmou que Costa vai cooperar com as investigações da Promotoria norte-americana.

MUDANÇAS

O governo federal editará nos próximos dias medida provisória (MP) transferindo o programa de reforma agrária para a Casa Civil da Presidência. Com isso, o Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, comandado por Osmar Terra, do PMDB, passará a se chamar Ministério do Desenvolvimento Social e deixa de cuidar da questão fundiária. A partir da publicação da MP, Casa Civil e Incra serão os responsáveis pela reforma agrária. A MP também traz uma série de mudanças nos critérios de distribuição de terras e permite a venda da propriedade após dez anos da posse. De acordo com o texto da MP, prioritariamente serão contemplados com terras do programa os agricultores vítimas de trabalho em condição análoga à de escravo; os trabalhadores rurais que perderam áreas devido à demarcação de terras indígenas e quilombolas; e os trabalhadores em situação de vulnerabilidade social.

"ARMAÇÃO"

A ex-presidente Dilma Rousseff (PT) afirmou anteontem que o ex-presidente da empreiteira Andrade Gutierrez Otávio Azevedo se comportou como um agente político no processo de julgamento das contas de campanha da chapa que a reelegeu em 2014. A petista disse que sua defesa tem indicações que Azevedo "é tucano" e fazia parte de uma "armação" para separar as contas dela das do então candidato a vice-presidente, Michel Temer (PMDB), no processo que corre no Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A ação pode resultar na cassação de Temer. "Nós temos indicações que ele é um tucano. Não temos como ter certeza... Estou falando uma coisa (...) pela convicção (...). Ele queria primeiro criminalizar minha campanha", disse Dilma.

ATAS E EDITAIS

www.parana-online.com.br/ataseeditais

SUMULA DO REQUERIMENTO DA LICENÇA PREVIA

Piemonte Construções e Incorporações LTDA, toma público que irá requerer ao IAP, a Licença Prévia de Conjunto Habitacional, a ser implantado na Rua São Sebastião, 87, Campo Pequeno, no Município de Colombo, Estado do Paraná. Não foi determinado estudo de impacto ambiental.

M.D. PERES PINTURAS LÍQUIDAS LTDA - ME., torna público que solicitou da Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Curitiba a Licença Prévia para Serviços de Tratamento e Revestimentos de Metais, situada à Rua Carlos de Laet, 5095, nesta Capital.

EXTRATO DO SEGUNDO ADITIVO DO CONTRATO Nº 009/2014
CONTRATANTE: ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ
CONTRATADA: PHIDELLIS IND E COM DE PRODUTOS ELTRÔNICOS LTDA
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de manutenção no sistema de som da ALEP.
CLÁUSULA PRIMEIRA: Acordam as partes em reajustar o valor para R\$ 126.484,77.
CLAUSULA SEGUNDA: Acordam as partes em prorrogar o prazo em 12 meses contados a partir de 10 de novembro DE 2016.
DOTAÇÃO: 001.001.4000.3390.3917
FORO: Comarca de Curitiba, Estado do Paraná.
 Pregão Presencial nº 027/2014

PREFEITURA MUNICIPAL DE CURITIBA
SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO
PREGÃO
AVISO DE LICITAÇÃO Nº 045/2016
PROCESSO: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 265/2016
OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LIMPEZA, DESOBSTRUÇÃO DE REDE DE ESGOTO E ESGOTAMENTO DE FOSSAS COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS ATRAVÉS DO SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS, PELO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER À SECRETARIA MUNICIPAL DA EDUCAÇÃO.
DATA/HORÁRIO ENVIO DE PROPOSTAS: 07 DE DEZEMBRO DE 2016 DAS 09H ÀS 10H
DATA/HORÁRIO ENVIO DE LANCES: 07 DE DEZEMBRO DE 2016 DAS 10H05MIN ÀS 10H30MIN.
REGINA DO ROCIO BERBERI
PREGOEIRA
 O EDITAL ESTÁ À DISPOSIÇÃO DOS INTERESSADOS NO PORTAL DE COMPRAS:
www.e-compras.curitiba.pr.gov.br
INFORMAÇÕES, CONTACTAR PELOS FONES: (0XX41) 3350-3175, 3350-3009, 3350-3151.